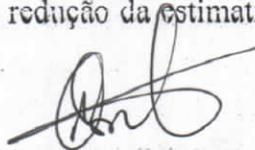


Ata da 19ª Reunião da CTPI, em Natal/RN

Durante os dias 26 e 27 do mês de abril de 2016, com início as dez horas e trinta minutos, reuniram-se na Secretaria de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte os membros da CTPI, conforme lista de presença, parte integrante dessa Ata, do CBH PPA para apreciação e deliberações sobre o Resumo executivo do PRH da bacia hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açú. Presentes, os representantes da ANA, Sergio Ayrimoraes e Edgar Machado os quais arguiram os presentes sobre a necessidade de apresentar o Plano, sobre o que todos concordaram sobre a apresentação e posterior debate. O Sr. Pedro Crisóstomo ressaltou que havia apenas uma observação a fazer sobre a mudança do nome da Secretaria afim da Paraíba. O Técnico da ANA iniciou a apresentação do plano tratando sobre as etapas de elaboração do mesmo, destacando que o plano fora elaborado em pleno período seco o que de certa maneira influenciou a sua elaboração. Na sua apresentação destacou que o Plano deve refletir a realidade da bacia, ser enxuto e orientar sobre as ações a serem executadas na bacia. Uma particularidade é que a bacia está inserida no semiárido no qual os açudes e trechos perenizados caracterizam a bacia e requer maior atenção e detalhamento. A infraestrutura hídrica de distribuição da água é fundamental para garantir a oferta de água no âmbito da bacia. Outro ponto relevante é a discussão sobre a qualidade da água e a questão ambiental, poluição, eutrofização e uso do solo. Nelson Césio interveio sobre a questão das outorgas de diluição dos esgotos, sobre o que o técnico disse que esta é uma questão relevante e que necessita ser bem avaliada. Foi mais em função da seca que se resgatou o GTO para a questão operacional dos açudes, da gestão das águas, que não pode haver mais um retrocesso em relação a gestão quando da volta da normalidade dos níveis dos reservatórios. No tocante a captação e o consumo, no uso doméstico considera -se um consumo de 20% da água captada, na irrigação esse consumo é bem maior e o retorno é pequeno. O Plano de ação da Bacia engloba 3 componentes, 21 programas e seus respectivos montantes de investimento. Pedro Crisóstomo questionou o número de batimetrias a serem realizadas tendo em vista que o PRH prevê um horizonte de 20 anos, período que permite maior número de levantamentos batimétricos, sugerindo o aumento no número de reservatórios a serem levantados, estendendo o prazo de dois para cinco anos. Pedro ressaltou que o PRH visa muito o eixo do rio e que poderia se estender aos limites da bacia, contemplando reservatórios estratégicos dentro dela. Maria de Lourdes questionou que as batimetrias emergenciais, que foram executadas podem não refletir a realidade e que não devem ser consideradas como definitivas. Everaldo Egito chamou a atenção para as resoluções e planos de contingências que estão muito vinculadas a ANA. Há uma previsão de 93,5 milhões para os primeiros cinco anos de execução do PRH, que está disposto em ciclos de implementação de 5anos, excetuando os recursos previstos para projetos e construção de açudes e infraestrutura. Pedro Crisóstomo questionou que dentro desta previsão de recursos já está incluído o PROGESTÃO, que abrange todo o Estado da Paraíba e não apenas a bacia, o qual já está no terceiro ano de execução, deste modo a Paraíba teria



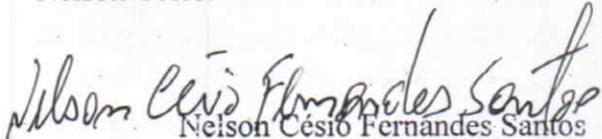
somente mais dois anos de disponibilidade de recurso, sendo que o PRH prevê etapas de cinco anos. Maria de Lourdes apartou ressaltando que talvez seja uma vantagem, pois o Estado já estará com as ações adiantadas. Sérgio chamou a atenção para a necessidade de implementar o PRH o mais breve possível para que não ocorra a defasagem do PRH tendo em vista a mudança da realidade e de conjuntura quando da época da elaboração do PRH, que não é a hora de ficarmos a fazer questionamentos, mas de avançar na sua execução. Sérgio destacou que é preciso eleger prioridades, com foco na gestão dos açudes e trechos perenizados, visando a produção, controle e a repartição das águas. Pedro Crisóstomo inquiriu sobre a disponibilidade de recursos para a fiscalização. Emídio solicitou uma revisão sobre os quantitativos de açudes, localização e suas respectivas capacidade de acumulação, visto que os dados dos vários órgãos gerenciadores das águas não batem em alguns casos. Sobre a revisão do Marco Regulatório dos Açudes, Lourdes acatou a decisão que deve levar em consideração os volumes existentes e reais dos reservatórios, sem adotar quantitativos fixos, de modo que representem mais a realidade do Semiárido, com base na experiência vivenciada nesta estiagem prolongada e nas demandas contabilizadas. Sérgio expos as etapas a serem seguidas para a apreciação e aprovação do PRH, de modo que tramite de forma célere para que não fique descolado da realidade. Eleger as prioridades das prioridades na execução do Plano, recomendando que a CTPI se mantenha no acompanhamento do Plano e que não se distancie dele após a aprovação do mesmo, como acontece em outros Comitês. Lourdes concordou e reforçou a necessidade da CTPI trabalhar de forma mais próxima a Direção do Comitê de forma a executar efetivamente o PRH. Néelson Césio orientou que o PRH será apreciado sequencialmente e que as sugestões e correções serão realizadas a medida que o mesmo for apresentado. Pedro e João Batista trouxeram a tona a questão da cobrança de água na bacia, ressaltando que a Paraíba é um importante produtor e distribuidor de água. Sergio esclareceu que esta discussão não foi aprofundada, visto que não se pode aplicar os modelos utilizados em outras bacias e que é relevante discutir as águas do PISF que serão receptoras na bacia. O arranjo institucional do PISF ainda não foi definido. Pedro questionou como será efetivada a cobrança originada dos reservatórios de dominialidade estadual. Lourdes enfatizou que a bacia é Federal e que quem trata de cobrança no seu âmbito é o Comitê, que está questão está engatinhando, que precisa ser amadurecida. Pedro explicou que o Decreto Estadual que trata sobre a cobrança, abrange de Pitimbu a Bom Jesus e que a cobrança não está sendo efetivada no Piancó-Piranhas-Açu por conta que o Comitê não avançou na discussão desta questão. Sérgio arguiu que a proposta de gestão do Piancó-Piranhas-Açu foi conjunta, elaborada entre os órgãos e atores dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e que portanto deve ser acatada. O representante do DIBA Guilherme Saldanha, explanou que a cobrança de água põe em risco a existência dos empreendimentos de irrigação no perímetro Baixo Açu, adicionado do custo Brasil, o que pode levar ao abandono das atividades produtivas. Que deve ser combatido o desperdício e a ineficiência, o que falta é água, não há garantia da disponibilidade de água, não há o que se falar em cobrança de água. Pedro destacou que a cobrança é um importante instrumento de combate ao desperdício e de estímulo a eficiência, havendo casos de usuários que solicitaram a redução da estimativa de uso por conta dela. Pedro



declarou que a cobrança não está sendo realizada no Vale do Piancó graças a não tomada de decisão do Comitê. Maria de Lourdes esclareceu que a sociedade é quem decide sobre a cobrança e o pagamento pelo uso da água. Nelson César chamou a atenção para a necessidade de discutirmos o Plano Executivo de RH e que a cobrança será discutida em outra oportunidade, que é relevante e que estamos caminhando nesta direção. Na revisão do PRH Nelson César levantou a questão da intermitência ou efemeridade dos rios da BHPPA, sobre o que o Sérgio fechou questão que seria decidido pela ANA sobre o caráter em apreço. Lourdes expôs seu pensamento de que no Semiárido não temos rios, mas canais de macrodrenagem, que conduzem a água no momento das chuvas. Lourdes questionou o uso dos volumes dos reservatórios, com base nas batimetrias emergenciais que foram realizadas com baixo nível acumulado, sugerindo que fosse usado os volumes oficiais da época em que os mesmos foram construídos. Entretanto, Sérgio sugeriu que fossem adotados os volumes batimétricos e que, em uma nota de rodapé, seria esclarecido que as batimetrias podem estar sujeitas a confirmação. Emídio apresentou dados da ANA sobre o volume dos reservatórios nos quais os volumes apresentados não batem com dados de outros órgãos. Relativo aos fundos estaduais de recursos hídricos e a sua efetivação surgiram dúvidas quanto as suas atividades. Pedro Crisóstomo afirmou desconhecer a existência deste fundo na Paraíba, mas sim o de mineração, ao passo que Maria de Lourdes assegurou, categoricamente, que o fundo existe e está ativo, apenas os recursos não foram, ainda, utilizados. No RN o fundo está ativo e é utilizado na gestão dos recursos hídricos do Estado. Maria de Lourdes, enfaticamente, destacou que deve haver um consenso dentro da CTPI sobre o que deve ficar ou ser alterado no relatório executivo, não cabendo disputas ou tentativas de fazer valer a opinião própria sobre a dos demais membros. Consoante ao uso e ocupação do solo, ficou acordado que membros da CTPI deveriam fazer um complemento dos dados para incluir a bovinocultura de leite, indústria cerâmica e extração de material lenhoso, bem como realizar a melhoria da redação do texto. Maria de Lourdes, Joana D'arc e Nelson César levantaram a necessidade de revisar e atualizar a demanda de água para áreas irrigadas, ressaltando a premência de reestruturação e recuperação dos perímetros irrigados, levando em conta as irrigações a montante dos reservatórios e nas ribeiras da bacia, citando fontes e dados utilizados nas estimativas de demandas. Sérgio sugeriu a inclusão de um box para a descrição da metodologia e estimativas da demanda, sobre o que houve consenso. Foi realizada uma revisão das obras de infraestrutura hídrica que estão previstas no PRH, avaliando o potencial da bacia no contexto do PISF e tendo em conta a reestruturação dos perímetros irrigados. Everaldo sugeriu que fosse considerado o potencial das barragens construídas para o PISF, de modo a otimizar o potencial de utilização destas estruturas, para abastecimento de cidades vulneráveis e em atividades produtivas nas pequenas propriedades como garantia da produção e da renda. Hermano Rolim sugeriu que fosse contemplada uma quarta entrada na Paraíba, pelo município de Poço Dantas, de modo a perenizar o rio do Peixe e atender um número significativo de pequenas propriedades familiares ao longo deste rio. Nelson César solicitou a garantia da regularização do Piancó-Piranhas, com águas do Curema-Mãe D'água, mesmo com o adicional de água do PISF, que deverá fluir para o RN. Indagado por Hermano Rolim sobre a cobrança de água, no trecho



paraibano da bacia, com a AESA atuando como agência de cobrança, Sérgio Ayrimoraes esclareceu que a partir deste momento o termo de parceria ANA/ADESE deixa de existir, cessando o repasse de recursos, o qual passaria a ser efetuado pela AESA. Como a viabilidade econômica da cobrança não foi alcançada nas simulações, o Comitê não teria como manter a sua atuação na bacia. Na sequência, após a apreciação de todas as considerações e sugestões para o aprimoramento do resumo executivo do PRH da bacia e o acato das mesmas, a ANA comprometeu-se a encaminhar a versão final ao Comitê no prazo de quinze dias. O Sr. Nelson César, sugeriu que fosse realizada mais uma reunião da CTPI para uma última verificação do Resumo final, o que após longo debate chegou-se a apresentação de duas propostas de encaminhamento: 1) Parecer favorável à recomendação de aprovação do plano da bacia. 2) Elaborar parecer após a ANA fazer as correções sugeridas pela CTPI e o envio da versão final. Vencendo a proposta 1 (um) por quatro votos a dois e uma abstenção. Votaram a favor da proposta 1 (um) IFPB, DNOCS, AESA e UFCG, votaram pela proposta 2 (dois) IGARN e CAGEPA, absteve-se a PETROBRAS. As propostas de revisão e recomendações encontram-se em anexo a esta ata. Tendo sido elaborado o parecer da CTPI sobre o referido documento, dando parecer favorável ao seu conteúdo e formatação, para posterior encaminhamento do mesmo a plenária do Comitê. As atas das 16ª, 17ª e 18ª reuniões foram colocadas para apreciação e aprovação da plenária, tendo sido aprovadas, sem ressalvas, por maioria absoluta dos presentes. Nada mais havendo a tratar, Eu, Hermano Oliveira Rolim redigi a presente ata, a qual depois de lida e aprovada foi por mim assinada em conjunto com o Coordenador da CTPI, Sr. Nelson César.


Nelson César Fernandes Santos
Coordenador da CTPI


Hermano Oliveira Rolim
Relator da CTPI